Polícia Federal desarticula grupo que planejava ataques contra autoridades, entre eles Sergio Moro

Redação com Agência Brasil

A Polícia Federal (PF) deflagrou nessa quarta-feira (22) a Operação Sequaz, com o objetivo de "desarticular uma organização criminosa que pretendia realizar ataques contra servidores públicos e autoridades".

Segundo os investigadores, entre as ações planejadas pelo grupo estavam crimes como homicídio e extorsão mediante sequestro em ao menos cinco unidades federativas: Rondônia, Paraná, Distrito Federal, Mato Grosso do Sul e São Paulo.

"Os ataques poderiam ocorrer de forma simultânea, e os principais investigados se encontravam nos estados de São Paulo e do Paraná", informou, em nota, a PF.

Em encontro com advogados, em São Paulo, o ministro da Justiça e Segurança Pública, Flávio Dino, fez elogios à atuação da Polícia Federal, que deflagrou uma operação nesta manhã para desarticular uma organização criminosa que pretendia realizar ataques contra servidores públicos e autoridades.

"Hoje, nós mostramos como atua a Polícia Federal, que não é aparelhada politicamente. Ao contrário do que estão dizendo nesse momento na internet", disse.

Entre os alvos dos criminosos estavam o ex-juiz e senador Sérgio Moro e o promotor Lincoln Gakiya, que investiga a atuação da organização criminosa Primeiro Comando da Capital (PCC) há anos, informou Flávio Dino.

Moro

Pela manhã Moro afirmou que se pronunciaria no Senado na parte da tarde, quanto o que chamou de "planos de retaliação do PCC contra minha pessoa, minha família e outros agentes públicos."

Mais tarde, em entrevista à GloboNews, no Estudio I, o senador falou em "preço alto a se pagar pelo combate que a gente fez ao crime organizado, não só como juiz, mas também como Ministro da Justiça. Fomos muito rigorosos na forma de lei, contra a criminalidade organizada."

UTFPR Pato Branco receberá Moção de Aplauso pelos seus 30 anos

Assessoria

Na Sessão Ordinária realizada nessa quarta-feira (22), os vereadores aprovaram a entrega de Moção de Aplauso para a UTFPR Pato Branco, pela celebração de seus 30 anos de implantação. Ainda, em segunda votação, foi aprovada a declaração de Utilidade Pública Municipal para a Associação Policial Junto da Comunidade; a nomeação de "Estevão Miechoanski" de praça localizada no bairro Fraron; e a abertura de crédito especial, para o Executivo, no valor de R$ 200 mil.

ASSESSORIA CÂMARA PB



Sessões seguem sendo realizadas no Largo da Liberdade

Moção de Aplauso

A Moção de Aplauso foi uma proposição dos vereadores Dirceu Boaretto (Podemos) e Joecir Bernardi (PSD), em uma relação de contribuição e desenvolvimento mútuo com a comunidade.

De acordo com o Projeto, "apesar do programa que permitiu a ampliação das unidades do então Centro Federal de Educação Tecnológica (CEFET - PR) ter iniciado em 1990, ainda em 1987, iniciaram as primeiras negociações para a implantação da Unidade de Ensino na região do sudoeste do Paraná. Em 1989, a Prefeitura Municipal de Pato Branco repassou ao CEFET - PR área anexa à Fundação de Ensino Superior de Pato Branco (FUNESP) e no mesmo ano, iniciaram as obras físicas das futuras instalações da unidade de Pato Branco do CEFET - PR. Em 1992, além da autorização de funcionamento, pelo Ministério da Educação, foi realizado concurso público para contratação dos primeiros servidores, que tomaram posse em março do ano seguinte. As primeiras aulas foram ministradas dia 15 de março de 1993 e a aula inaugural realizada no dia 29 de março. Entretanto, a cerimônia oficial de inauguração da Unidade de Ensino de Pato Branco aconteceu no dia 17 de abril do mesmo ano."

"Nessa relação da Instituição com a sociedade, ao longo desses 30 anos, houve desenvolvimento de todos os segmentos, desde a formação de pessoas até a intervenção direta na comunidade, buscando sempre levar conhecimento e serviços de qualidade à comunidade, não só regional, mas nacional e internacional. A Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR) - Campus Pato Branco, desde sua implantação em 1993, como CEFET - PR, tem sua presença estabelecida no desenvolvimento desta cidade, ao incentivar projetos, oferecer cursos de graduação e pós-graduação e interagir fortemente com a comunidade."

Participação dos Convidados

Estiveram participando da sessão representantes do Hospital Filantrópico Policlínica, Sadao Yamamoto, falando sobre a campanha "Salve o Hospital Filantrópico Policlínica.

Também participou a secretária de Educação e Cultura, Jusara Santos Ritzmann, para informar sobre "as demandas da pasta da Secretaria e apresentar o planejamento do FUNDEB, bem como, a sua aplicação financeira no ano de 2022 e prestação de contas da sua execução". Em sua fala, a secretária repassou os números da prestação de contas e esclareceu dúvidas dos vereadores acerca de diversos assuntos da pasta.

MAIS TRABALHO MAIS PARANÁ
Agência do Trabalhador

VAGAS EM PATO BRANCO

Ajudante de cozinha
Auxiliar contábil
Auxiliar de pessoal
Auxiliar de linha de produção (PCD)
Auxiliar de mecânico diesel
Caixa (supermercado)
Cartazeiro
Operador de caixa (posto de combustível)
Motorista entregador (CNH C)
Vendedora
Zeladora

Os interessados devem comparecer na Agência do Trabalhador, Travessa Santo Cola, 102, Baixada

ÚLTIMA HORA

Copom mantém juros básicos da economia em 13,75% ao ano

Agência Brasil

Apesar da desaceleração da economia e das pressões de parte do governo, o Banco Central (BC) não mexeu nos juros. Por unanimidade, o Comitê de Política Monetária (Copom) manteve a taxa Selic, juros básicos da economia, em 13,75% ao ano. A decisão era esperada pelos analistas financeiros.

A taxa continua no maior nível desde janeiro de 2017, quando também estava em 13,75% ao ano. Essa foi a quinta vez seguida em que o BC não mexeu na taxa, que permanece nesse nível desde agosto do ano passado. Anteriormente, o Copom tinha elevado a Selic por 12 vezes consecutivas, num ciclo que começou em meio à alta dos preços de alimentos, de energia e de combustíveis.

De março a junho de 2021, o Copom elevou a taxa em 0,75 ponto percentual em cada encontro. No início de agosto do mesmo ano, o BC passou a aumentar a Selic em 1 ponto a cada reunião. Com a alta da inflação e o agravamento das tensões no mercado financeiro, a Selic foi elevada em 1,5 ponto de outubro de 2021 até fevereiro de 2022. No ano passado, o Copom promoveu dois aumentos de 1 ponto, em março e maio, e dois aumentos de 0,5 ponto, em junho e agosto.

Antes do início do ciclo de alta, a Selic tinha sido reduzida para 2% ao ano, no nível mais baixo da série histórica, iniciada em 1986. Por causa da contração econômica gerada pela pandemia de covid-19, o Banco Central tinha derrubado a taxa para estimular a produção e o consumo. A taxa ficou no menor patamar da história de agosto de 2020 a março de 2021.

Inflação

A Selic é o principal instrumento do Banco Central para manter sob controle a inflação oficial, medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). Em fevereiro, o indicador fechou em 5,6% no acumulado de 12 meses . Desde o fim do ano passado, a inflação vem subindo por causa dos alimentos, da reversão parcial das desonerações sobre os combustíveis e de aumentos típicos de início de ano, como gastos com educação e saúde.

O índice fechou o ano passado acima do teto da meta de inflação. Para 2023, o Conselho Monetário Nacional (CMN) fixou meta de inflação de 3,25%, com margem de tolerância de 1,5 ponto percentual. O IPCA, portanto, não podia superar 4,75% nem ficar abaixo de 1,75% neste ano.

No Relatório de Inflação divulgado no fim de dezembro pelo Banco Central, a autoridade monetária estimava que o IPCA fecharia 2023 em 5% no cenário base. A projeção, no entanto, pode ser revista na nova versão do relatório, que será divulgada no fim de março.

As previsões do mercado estão menos otimistas. De acordo com o boletim Focus, pesquisa semanal com instituições financeiras e divulgada pelo BC, a inflação oficial deverá fechar o ano em 5,75%. Há um mês, as estimativas do mercado estavam em 5,89%.

Começa a tramitar no Legislativo de Pato Branco projeto que pretende fiscalizar a prática de rodeios

ASSESSORIA CMPB



Íntegra do projeto está disponível no site do Diário

Marcilei Rossi
marcilei@diariodosudoeste.com.br

Datado de 21 de março, foi lido na sessão da quarta-feira (22), o Projeto de Lei 27 de 2023, da vereadora Thania Caminski (PP) que trata da defesa e da fiscalização do bem-estar animal quando da realização de rodeios em Pato Branco.

Pela proposição são abrangidas pelo projeto, rodeios (country e crioulos) e provas equestres. Ainda pela proposição devem ser respeitados regramentos de defesa sanitária animal, o que em caso de prática esportiva não seriam admitidos animais que apresentem patologias, deficiências físicas ou qualquer tipo de lesão que impossibilite a montaria.

Também consta no projeto que passa a ser apreciado pelas comissões do Legislativo, a necessidade de avaliação de médico veterinário contratado pela organização do rodeio, cabendo ao profissional avaliar o estado de saúde dos animais; regularidade da documentação sanitária dos animais.

Ainda consta no texto original do projeto que "caberá à entidade promotora do rodeio, a suas expensas, promover ao animal: adequado fornecimento de água e alimentação; ambiente que propicie o seu bem-estar; condições de tratamento que o privem de dor, doenças e mazelas físicas; vedação ao tratamento degradante; médico veterinário, durante todo o tempo de duração do rodeio."

A proposição feita pela vereadora, que é presidente do Legislativo, coincide com a proximidade de um rodeio country no município, muito embora, ela tenha plena convicção que seu projeto não tramite a tempo de qualquer interferência do evento, que por si só, já deverá seguir regramentos previstos em legislação federal (Lei 10.519 de 2022). "Sabemos que logo teremos um rodeio na cidade de Pato Branco e provavelmente, sucessivamente venham outros", afirma a vereadora destacando haver uma grande preocupação no trato com os animais.

"Não podemos fazer uma lei proibindo o rodeio, o que estamos buscando é então minimizar o sofrimento animal, onde deve ser formada uma junta de acompanhamento com médico veterinário [da Secretaria] do Meio Ambiente, um membro de cada ONG de proteção aos animais e um membro do Compato [Conselho Municipal de Proteção dos Animais], durante todo o período de rodeio."

Thania a desejar que a lei se torne vigente, também reafirmou a sua luta da na causa animal, de que todo o impacto de estresse seja evitado ao máximo com relação aos animais, o que pode ser compreendido também no caso de feiras e exposições como a Expopato, na parte de exposição principalmente de pequenos animais.

Paraná antecipa vacinação contra a gripe e campanha começa na próxima terça-feira

AEN

O Governo do Estado, por meio da Secretaria da Saúde (Sesa), anunciou nesta sexta-feira (24) a antecipação, no Paraná, da 25ª Campanha Nacional de Vacinação contra a Influenza. A vacinação começa na terça-feira (28). A data pré-estipulada pelo Ministério da Saúde para a imunização em nível nacional é 10 de abril. O lançamento oficial da campanha no Estado será no Centro de Referência para Imunobiológicos Especiais (CRIE), às 9h30, com a presença do secretário estadual da Saúde, César Neves.

A estratégia foi confirmada na deliberação da Comissão Intergestores Bipartite do Paraná (CIB/PR), número 48/2023, pactuada entre a Secretaria e o Conselho das Secretarias Municipais de Saúde do Paraná (Cosems). O objetivo é imunizar o maior número de pessoas, aproveitando a vacinação contra a Covid-19 com as doses bivalentes, considerando que grande parte dos grupos prioritários coincidem nas duas campanhas. As duas vacinas podem ser aplicadas simultaneamente.

A antecipação em 17 dias da campanha da Influenza, considerou, também, o fato de o Paraná estar localizado ao Sul do País, em uma região tradicionalmente mais fria e pelo grande número Síndromes Respiratórias Agudas Graves (SRAGs) ocorridas no último ano, sobrecarregando o atendimento nas unidades de saúde.

"Decidimos antecipar a campanha porque já estamos vacinando pessoas de grupos prioritários da bivalente, que também estão elencados para receber a vacina da Influenza. Podemos aplicar os imunizantes da Covid-19 e da gripe juntos, sem que o paranaense precise ir duas vezes até uma sala de vacina", afirmou Neves.

"Mais uma vez o Paraná se diferencia dos demais estados. Anteciparemos o início da vacinação da Influenza através de uma deliberação conjunta e a anuência da diretoria do Cosems", disse o presidente do Conselho, Ivoliciano Leonarchik.

Grupos

Dos 18 grupos prioritários estipulados pelo Programa Nacional de Imunizações (PNI) para a campanha da Influenza 2023, dez deles já estão sendo convocados para receberem a dose bivalente da Pfizer/BioNTech contra a Covid-19. Fazem parte dos grupos, de forma simultânea (bivalente contra a Covid-19 e Influenza): gestantes, puérperas, idosos, povos indígenas, trabalhadores da saúde, pessoas com deficiência permanente, funcionários do sistema prisional, adolescentes e jovens de 12 a 21 anos sob medidas socioeducativas, a população privada de liberdade e funcionários dessas unidades.

Já os grupos das crianças de seis meses a menores de seis anos, professores, pessoas com comorbidades, forças de segurança e salvamento, forças armadas, caminhoneiros e trabalhadores de transporte coletivo rodoviário de passageiros urbano e de longo curso e trabalhadores portuários, estão elencados pelo PNI apenas para receberam a vacina contra a gripe.

Diferentemente dos outros anos, o Ministério da Saúde definiu que a vacinação da Influenza não será escalonada, ou seja, todos os grupos serão convocados de uma só vez, abrangendo mais pessoas, objetivando facilitar o processo de imunização.

Doses

Somente para a campanha da Influenza, 4,6 milhões de pessoas estão elencadas como grupo prioritário para receber a vacina. Já com relação à bivalente contra a Covid-19, são mais de 2,6 milhões de paranaenses.

Até agora, o Estado recebeu 388 mil doses para vacinação contra a gripe e pouco mais de um milhão de bivalentes contra a Covid-19. O Centro de Medicamentos do Paraná (Cemepar) já enviou as vacinas da Covid-19 e está trabalhando na distribuição dos imunizantes da Influenza para garantir que todos os municípios tenham doses disponíveis até terça-feira.

Governo federal reajusta salários de servidores públicos em 9%

Agência Brasil

Os servidores do Poder Executivo Federal vão ter os salários reajustados, de forma linear, em 9%. O auxílio-alimentação teve aumento de 43,6%, equivalente a R$ 200, passando dos atuais R$ 458 para R$ 658. Os aumentos começam a valer em 1º de maio, no Dia do Trabalhador.

O termo do acordo (nº 1/2023) foi assinado em evento, na manhã desta sexta-feira (24), em Brasília, após os servidores federais aceitarem proposta de reajuste, no dia 17.

A ministra da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, Esther Dweck, explicou o motivo do reajuste do auxílio-alimentação não ser ainda maior.

"No caso do auxílio alimentação, existe uma trava na Lei de Diretrizes Orçamentárias, onde só pode reajustar um valor considerando a inflação acumulada. A gente sabe que ainda existe uma defasagem em relação aos demais poderes, mas é um momento significativo para quem está há muito tempo sem reajuste no benefício. É um dinheiro que chega, principalmente, para quem ganha menos."

O custo estimado dos reajustes aos cofres públicos será de R$ 11,2 bilhões e, para garantir o pagamento dos reajustes, o governo federal enviará um projeto de lei ao Congresso Nacional para alterar o Orçamento Geral da União de 2023. O secretário de Gestão de Pessoas e Relações do Trabalho, Sérgio Mendonça, relembrou a negociação.

"Nós conseguimos com as entidades representativas dos servidores públicos federais, em três rodadas, chegar a esse acordo. Ninguém sai de um acordo 100% feliz, nem um lado e nem o outro. Então, esse foi o acordo possível diante da disponibilidade orçamentária feita, no fim de 2022."

O secretário-geral da Presidência da República, Márcio Macêdo, celebrou a volta do funcionamento da Mesa Nacional de Negociação Permanente, fechada em 2016.

"São seis anos de ausência completa de diálogo e de negociação. O novo momento vai exigir de nós muita responsabilidade, paciência, diálogo para cumprirmos a nossa missão de reconstruir o país".

A ministra da Saúde, Nísia Trindade, também servidora de carreira, participou do evento hoje. Ela destacou que as mulheres representam 70% dos servidores do setor da saúde e defendeu, ainda, a discussão do pagamento do Piso Nacional de Enfermagem para enfermeiros e técnicos de enfermagem.